

DECLARAÇÃO POLÍTICA

Diante da crescente repercussão que o Movimento pelo Partido dos Trabalhadores vem alcançando em diferentes setores da sociedade brasileira, suscitando, pela primeira vez após várias décadas da história brasileira, um debate político amplo e inovador entre as bases dos movimentos populares, a sua Comissão Coordenadora Provisória julgou conveniente dar a público alguns pontos preliminares de sua posição política.

Esta declaração quer, portanto, contribuir para a ampliação desse debate e, especialmente, para a organização política de todos aqueles que estão interessados em participar, democraticamente, da construção desse novo instrumento e em lutar pelo fim do atual regime de exceção.

1. SOBRE AS ORIGENS DO PT

Após vários anos de resistência democrática, o fato mais novo vivido pela sociedade brasileira é a grande luta das massas trabalhadoras, em anos recentes, pela conquista de melhores condições de vida para amplos setores da população brasileira das cidades e dos campos. A prática dessas lutas – que a Ditadura não conseguiu impedir – criou as condições para os primeiros passos na ruptura de alguns dos principais mecanismos repressivos em que se apoiou o regime de 1964: arrocho salarial e a proibição do direito de greve.

Foi com o desenvolvimento dessas lutas que surgiu o PT, pois tendo de enfrentar o peso brutal da concentração de poder do Estado, que se voltou abertamente contra os seus mais legítimos interesses, tornou-se claro para os trabalhadores que só a sua luta econômica, ainda que muito importante, é insuficiente para garantir as aspirações de melhoria de vida para a maioria do povo brasileiro.

Provocando uma série de confrontos com os legítimos instrumentos de luta dos trabalhadores, como no caso das intervenções sindicais, a ação repressiva do Estado provocou o impasse e levou grandes massas de trabalhadores a perceberem a necessidade de intervir organizadamente na sociedade, em condições próprias e com um projeto político próprio.

A idéia do Partido dos Trabalhadores surgiu com o avanço e o fortalecimento desse novo e amplo movimento social que, hoje, se estende das fábricas aos bairros. dos sindicatos às comunidades eclesiais de base: dos Movimentos contra a Carestia às associações de moradores; do Movimento Estudantil e de intelectuais às associações profissionais; do movimento dos negros ao movimento das mulheres. e ainda outros. como os que lutam pelos direitos das populações indígenas.

Surgiu, portanto, como uma necessidade de:

- criar um efetivo canal de expressão política e partidária dos trabalhadores das cidades e dos campos e de todos os setores explorados pelo capitalismo;
- construir uma organização política dos militantes dos variados movimentos sociais, que são freqüentemente fragmentados pelas suas próprias diferenças internas e por luta reivindicatória que nem sempre alcança a expressão de política de que são capazes;

– finalmente, se conquistar a política como unia atividade própria das massas populares, que desejam participar, legal e legitimamente, de todas as esferas de poder na sociedade, não apenas nos momentos das disputas eleitorais. mas também e principalmente nos momentos que permitem, a partir de sua prática no dia-a-dia a construção de uma nova concepção de democracia com raízes nas bases da sociedade e sustentada pelas decisões das maiorias.

Assim, o Movimento pelo Partido dos Trabalhadores pretende se constituir em uma organização nacional de massas, formada por todos os setores interessados na transformação da atual ordem econômica, social e política. Cabe citar, ademais dos setores que atualmente o apóiam, alguns parlamentares do MDB mais comprometidos com as lutas das grandes maiorias da Nação e os setores da Igreja mais comprometida com a libertação social.

O Movimento pelo Partido dos Trabalhadores não deseja portanto, apenas propor soluções provisórias e imediatas às massas trabalhadoras, mas antes criar as condições para uma luta de médio e longo prazo pela democratização real da sociedade e não apenas das atuais instituições políticas. O PT luta para que todo poder econômico e político venha a ser exercido diretamente pelos trabalhadores, única maneira de pôr fim à exploração e à opressão.

Em conseqüência, construirá uma estrutura interna democrática, apoiada em decisões coletivas e colegiadas, que garantam, efetivamente, a sua direção política e o seu programa a partir das decisões das suas bases.

2. O MOVIMENTO PELO PT E OS SINDICATOS

Tendo nascido das lutas reivindicatórias dos trabalhadores, o projeto de constituição do PT não se confunde, entretanto, com o movimento sindical. Defendemos, intransigentemente, a autonomia e a independência dos sindicatos e de todos os movimentos sociais, não só em relação Estado, como também em relação aos partidos políticos.

Dessa forma, o Movimento pelo PT considera também que a luta por uma Central Única dos Trabalhadores é uma reivindicação fundamental de todos os que vivem dos seus salários, mas entende que a sua construção passa, necessariamente, pela derrubada da atual estrutura sindical atrelada ao Estado, a CUT não pode ser o resultado de articulações de cúpula; ela se fará pela vontade de todos os trabalhadores.

3. O PT E A REFORMULAÇÃO PARTIDÁRIA

A proposta do Partido dos Trabalhadores não nasceu do projeto de *reformulação partidária* dos dirigentes do governo. Sua legitimidade advém, portanto, das bases operárias e populares que se juntaram na sua construção e não das leis outorgadas de cima para baixo, às margens da soberania popular.

O Movimento pelo PT reivindica, no entanto, o direito democrático de se constituir como partido legal e considera, por isso mesmo, indispensável que esta legalidade seja estendida a todas as correntes de pensamento existentes na sociedade. Não há

democracia sem liberdade de organização política e a organização política é um direito de todos .

4. O MOVIMENTO PELO PT E A QUESTÃO DA FRENTE

Repudiamos, portanto, a extinção dos atuais partidos políticos ou a criação de novos por ato de força do regime, que não consegue enfrentar politicamente os seus adversários. e defendemos a mais ampla liberdade de organização e expressão política. Com esse objetivo, chamamos todas as forças democráticas para que se organizem numa ampla frente de massa contra o regime ditatorial.

Julgamos, entretanto, ser indispensável preservar-se o direito de cada corrente política se organizar independentemente e de acordo com os seus princípios próprios. Esse direito é, em realidade, uma condição do fortalecimento dessa frente que, hoje, mais do que necessário, é urgente, para que se possa romper o isolamento político que o regime quer impor às diferentes forças sociais e políticas de oposição. As iniciativas divisionistas do regime, opomos o aprofundamento da organização das forças democráticas e populares. Será nesse terreno que a sua unidade poderá se redefinir de modo a se retirar das mãos do dirigentes do Estado as iniciativas que lhes permitem, no momento, o controle do atual período da transição.

- Contra a extinção arbitrária dos atuais partidos políticos e pela mais ampla liberdade de organização e manifestação político-partidária;
- Contra a política salarial do governo e pela contratação coletiva de trabalho;
- Por um salário mínimo real, nacional e unificado;
- Estabilidade no emprego;
- Liberdade e autonomia sindical;
- Pelo direito de greve;
- Por uma anistia que atinja todos os perseguidos do regime.

São Bernardo do Campo, 13 de outubro de 1979